Revista Eletrônica
Acervo Saúde
Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

Atuação do enfermeiro na prescrição e administração de métodos contraceptivos na atenção primária: perspectivas e desafios no Brasil

Nurses' role in the prescription and administration of contraceptive methods in primary care: perspectives and challenges in Brazil

Actuación del enfermero en la prescripción y administración de métodos anticonceptivos en la atención primaria: perspectivas y desafíos en Brasil

Andreynna Alves Botelho[1], Benedito do Carmo Gomes Cantão[2].

RESUMO

Objetivo: Analisar a atuação do enfermeiro na prescrição e administração de métodos contraceptivos, destacando suas perspectivas e limitações dentro do contexto da Atenção Primária à saúde. **Revisão bibliográfica:** A pesquisa revelou que, apesar dos avanços legais e normativos que ampliam o escopo de atuação dos enfermeiros, ainda existem barreiras como a falta de capacitação específica, estigmas culturais, desinformação da população e resistência institucional. Além disso, foi identificado o impacto positivo da atuação do enfermeiro na orientação sobre métodos contraceptivos e no atendimento a populações vulneráveis,como adolescentes e pessoas trans, especialmente quando há capacitação adequada e práticas humanizadas. **Considerações finais:** Pode-se considerarque a valorização da formação continuada e da atuação dos enfermeiros é essencialpara promover umcuidadointegral e de qualidade. Como limitação, destaca-se a escassez de estudos nacionais recentes com foco específico na prática da prescrição por enfermeiros.

Palavras-chave: Planejamento familiar, Métodos contraceptivos, Saúde reprodutiva.

ABSTRACT

Objective: To analyze the role of nurses in the prescription and administration of contraceptive methods, highlighting their perspectives and limitations with in the context of primary health care. The study aims to understand how this practice can contribute to strengthening sexual and reproductive health by promoting access to contraceptive methods with greater equity, quality, and resoluteness. **Bibliographic review:** The research revealed that, despite legal and regulatory advances that expand the scope of nurses' work, there are still barriers such as the lack of specific training, cultural stigmas, population misinformation, and institutional resistance. Furthermore, the positive impact of nurses in providing guidance on contraceptive methods and in attending to vulnerable populations, such as adolescents and trans individuals, was identified—especially when there is adequate training and humanized practices. **Final considerations:** It can be considered that the appreciation of continuing education and the role of nurses is essential to promote comprehensive and quality care. As alimitation, the lack of recent national studies specifically focus edon the practice of nurse prescribing is highlighted.

Keywords: Family planning, Contraceptive methods, Reproductive health.

[1] Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel – FATEFIG, Tucuruí - PA.

SUBMETIDO EM: 8/2025 | **ACEITO EM: 9/2025** | **PUBLICADO EM: 10/2025**

RESUMEN

Objetivo: Analizar la actuación del enfermero en la prescripción y administración de métodos anticonceptivos, destacando sus perspectivas y limitaciones dentro del contexto de la atención primaria de salud. El estudio busca comprender cómo esta práctica puede contribuir al fortalecimiento de la salud sexual y reproductiva, promoviendo el acceso a métodos anticonceptivos con mayor equidad, calidad y resolutividad. **Revisión bibliográfica:** La investigación reveló que, a pesar de los avances legales y normativos que amplían el alcance de la actuación de los enfermeros, aún existen barreras como la falta de capacitación específica, estigmas culturales, desinformación de la población y resistencia institucional. Además, se identificó el impacto positivo de la actuación del enfermero en la orientación sobre métodos anticonceptivos y en la atención a poblaciones vulnerables, como adolescentes y personas trans, especialmente cuando existe una capacitación adecuada y prácticas humanizadas. **Consideraciones finales:** Puede considerar se que la valorización de la formación continua y de la actuación del enfermero es esencial para promover una atención integral y decalidad. Como limitación, se destaca la escasez de estudios nacionales recientes con enfoque específico en la práctica de la prescripción por parte de enfermeros.

Palabras clave: Planificación familiar, Métodos anticonceptivos, Salud reproductiva.

INTRODUÇÃO

A Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) foi incorporada como uma das prioridades da Atenção Básica pelo Ministério da Saúde, por representar um direito essencial de cada pessoa sobre decidir, de forma livre e segura, sobre ter ou não filhos. Essa perspectiva valoriza não apenas o acesso a métodos contraceptivos, mas também o acolhimento, a escuta qualificada e o cuidado humanizado. Profissionais de saúde e principalmente o enfermeiro têm papel fundamental nesse processo, por meio de orientações claras, ações educativas e apoio no planejamento familiar, sempre respeitando a autonomia e os valores de cada indivíduo (SILVA EP, et al., 2024).

A enfermagem possui competências que ultrapassam o cuidado direto, incluindo ações educativas, acompanhamento contínuo e intervenções clínicas no planejamento reprodutivo. A Resolução COFEN nº 690/2022 reafirma essa abrangência ao reconhecer formalmente a competência dos enfermeiros na prescrição, administração e aplicação de diversos métodos contraceptivos. Entre esses métodos estão os hormonais (orais, injetáveis, transdérmicos e de emergência), os dispositivos intrauterinos (DIU), o diafragma, os preservativos e métodos naturais, desde que respeitados os protocolos institucionais e assegurada a qualificação do profissional (COFEN, 2022).

Outro avanço importante apontado pela resolução é a autorização para que enfermeiros capacitados possam realizar procedimentos como a inserção e retirada do DIU, ampliando o acesso da população a esse método, que historicamente enfrenta barreiras logísticas e profissionais para sua disponibilização nos serviços públicos. Essa possibilidade fortalece a atuação do enfermeiro na atenção integral à saúde da mulher e contribui para a resolutividade dos serviços ofertados na Atenção Primária (COFEN, 2025).

O conhecimento e o uso adequado dos métodos contraceptivos ainda apresentam desafios significativos no campo da saúde sexual e reprodutiva, especialmente quando se observam equívocos comuns sobre a eficácia de métodos como a camisinha e a pílula do dia seguinte. Neste cenário, o enfermeiro tem papel essencial na promoção do cuidado e da orientação qualificada, atuando como educador e facilitador do acesso às informações. Métodos menos conhecidos, como o dispositivo intrauterino (DIU), também demandam maior divulgação e esclarecimento, reforçando a necessidade de intervenções educativas eficazes e humanizadas, baseadas em evidências científicas (FERREIRA DS, et al. 2024).

Além disso, fatores como idade, nível de escolaridade e contexto social influenciam diretamente o nível de informação sobre contracepção, exigindo que o enfermeiro adapte sua abordagem de acordo com as particularidades de cada grupo. Mulheres e idosos, por exemplo, podem enfrentar maiores barreiras no acesso ao conhecimento e aos serviços, o que ressalta a importância de políticas públicas inclusivas e do fortalecimento da atuação do enfermeiro na Atenção Básica.

Ao oferecer escuta ativa, orientação individualizada e suporte contínuo, o enfermeiro contribui significativamente para a promoção da autonomia reprodutiva e para a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, ampliando o alcance das ações em saúde (ANDRADE BSF, et al., 2023). Explorar a literatura científica sobre a atuação do enfermeiro na prescrição de métodos contraceptivos foi o principal objetivo deste estudo. Busca-se discutir as perspectivas dessa prática, os desafios enfrentados pelos profissionais e os impactos diretos na saúde reprodutiva das mulheres.

A prescrição de contraceptivos pelo enfermeiro representa um avanço importante no campo da Atenção Primária, fortalecendo a autonomia profissional e ampliando o acesso da população aos métodos disponíveis. Por meio de uma análise crítica, pretende-se identificar as principais lacunas no conhecimento e oferecer subsídios que contribuam para o aprimoramento da formação e da prática dos enfermeiros, promovendo um atendimento mais qualificado e resultados mais eficazes na saúde sexual e reprodutiva. A relevância social do tema reforça a necessidade de investimentos em capacitação e reconhecimento das competências legais desses profissionais.

REVISÃOBIBLIOGRÁFICA

A prescrição de métodos contraceptivos por enfermeiros tem se consolidado como uma prática cada vez mais presente nas ações de saúde, especialmente nas estratégias de Atenção Primária e no fortalecimento das políticas públicas voltadas ao planejamento familiar. Com a promulgação da Resolução COFEN nº 690/2022, que reconhece e normatiza essa atribuição profissional, o enfermeiro passou a dispor de respaldo legal para atuar de maneira mais autônoma na prescrição e no acompanhamento de métodos contraceptivos.

Essa mudança tem gerado impactos positivos, refletidos principalmente na ampliação do acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, além da redução de gestações não planejadas, que continuam sendo uma preocupação significativa de saúde pública.

Em contextos de vulnerabilidade social e em regiões onde há escassez de médicos, a presença do enfermeiro como prescritor torna-se ainda mais relevante, pois aproxima o cuidado da realidade das comunidades atendidas. Essa ampliação de competências não apenas descentraliza os serviços, mas promove um modelo de assistência mais humanizado, acessível e equitativo, alinhado aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e à tendência global de valorização da atuação multiprofissional (VENTURA HN, et al., 2022).

Barreiras legais e normativas

Apesar dos avanços na regulamentação da prática profissional da enfermagem, ainda existem barreiras legais e normativas que limitam a atuação plena do enfermeiro na prescrição de métodos contraceptivos. A Lei nº 7.498/1986, que regula o exercício da enfermagem no Brasil, define as atribuições do enfermeiro, mas não especifica de forma detalhada a autonomia na prescrição de medicamentos, o que gera interpretações diversas nos diferentes níveis de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 1986).

Além disso, a Resolução Cofen nº 690/2022 reconhece a atuação do enfermeiro na assistência à saúde sexual e reprodutiva, incluindo a prescrição de contraceptivos no âmbito dos programas de saúde pública, desde que respaldado por protocolos institucionais e políticas locais (COFEN, 2022). Entretanto, a ausência ou desatualização desses protocolos em muitos serviços de saúde representa um entrave à prática efetiva e segura da prescrição. Outro desafio normativo está relacionado ao reconhecimento e à valorização da atuação do enfermeiro em procedimentos específicos, como a inserção e retirada do Dispositivo Intrauterino(DIU). Embora o Cofen

tenha publicado posicionamento oficial autorizando essa prática (COFEN, 2025), muitos profissionais ainda enfrentam resistência institucional, falta de capacitação e ausência de ambientes adequados para realizar o procedimento. A Nota Técnica nº 31/2023 do Ministério da Saúde reforça a importância da atuação do enfermeiro na ampliação do acesso aos métodos contraceptivos, inclusive destacando sua função na Atenção Primária à Saúde (BRASIL, 2023). Contudo, a implementação dessas diretrizes depende da

articulação entre gestores, profissionais e políticas públicas, o que nem sempre ocorre de forma integrada, dificultando o exercício pleno das competências legais da enfermagem na saúde reprodutiva.

O papel do enfermeiro na orientação sobre métodos contraceptivos

O enfermeiro ocupa posição estratégica na orientação sobre métodos contraceptivos, sendo responsável por mediar o acesso da população às informações sobre saúde reprodutiva. Sua formação centrada no cuidado integral permite que desenvolva ações educativas com base em evidências, promovendo escolhas informadas e conscientes. Ao oferecer orientações claras e acessíveis, contribui para o fortalecimento da autonomia dos usuários, especialmente em relação à prevenção de gestações não planejadas e infecções sexualmente transmissíveis. Essa atuação, ao considerar as especificidades culturais, sociais e individuais, amplia a resolutividade do cuidado na Atenção Primária. O enfermeiro torna-se, assim,um agente facilitador do empoderamento reprodutivo da população (FERREIRA DS, et al., 2024; VENTURA HN, et al., 2022).

Mesmo diante de obstáculos como o tempo reduzido nas consultas e a alta demanda nos serviços, o enfermeiro busca adaptar suas estratégias, mantendo o acolhimento e a escuta ativa como pilares de sua prática. Essa postura é ainda mais relevante quando se trata de populações em situação de vulnerabilidade, como adolescentes, pessoas trans e mulheres com menor escolaridade. Nesses contextos, a orientação assume caráter transformador, indo além do repasse técnico e promovendo um vínculo terapêutico.

A humanização do cuidado fortalece a adesão aos métodos contraceptivos e favorece decisões reprodutivas mais seguras. Para isso, é indispensável investir em capacitação contínua e no reconhecimento institucional do protagonismo do enfermeiro. Esses elementos são essenciais para garantir práticas equitativas e qualificadas no campo da saúde sexual e reprodutiva (LEONELGA, et al., 2023; VENTURA HN, et al., 2022).

Para que o enfermeiro exerça plenamente seu papel na orientação sobre contraceptivos, é fundamental investir em capacitação contínua e atualização técnico-científica. A educação permanente permite que esses profissionais estejam preparados para lidar com dúvidas frequentes, desmistificar informações equivocadas e apresentar todas as opções disponíveis de forma clara e segura. Quando bem capacitado, o enfermeiro consegue adaptar sua abordagem às especificidades de cada paciente, considerando aspectos sociais, culturais e individuais que influenciam suas escolhas.

Isso não só melhora a qualidade da orientação prestada, como também fortalece a confiança do usuário nos serviços de saúde, promove a adesão aos métodos contraceptivos e contribui diretamente para a autonomia reprodutiva. Portanto, a qualificação profissional é um fator-chave para ampliar o alcance e a efetividade das ações educativas na Atenção Básica (SILVA DDA, et al., 2024; LACERDA LD, et al., 2021).

A prática de prescrição de contraceptivos como uma ferramenta de saúde pública

A ampliação do papel do enfermeiro na prescrição de métodosc ontraceptivos representa uma significativa ferramenta para a promoção da saúde pública, com impactos diretos na redução de gestações não planejadas e no fortalecimento da saúde reprodutiva das mulheres. A possibilidade de prescrição por enfermeiros, especialmente nas áreas mais carentes e remotas, contribui para a ampliação do acesso aos métodos contraceptivos, reduzindo a sobrecarga dos médicos e facilitando a distribuição de cuidados a populações vulneráveis.

A literatura científica revela que a descentralização da prescrição de contraceptivos aumenta a adesão aos métodos, pois possibilita que as mulheres recebam cuidados mais próximos às suas realidades, levando em consideração suas preferências e necessidades individuais. Isso, por sua vez, promove um planejamento familiar mais consciente, com menor incidência de gestações inesperadas, o que tem implicações diretas na redução de complicações obstétricas e na promoção de um ciclo de saúde mais equilibrado e sustentável.

Além disso, ao incorporar os enfermeiros como prescritores, os sistemas de saúde se tornam mais eficientes, maximizando os recursos disponíveis, especialmente em locais com escassez de médicos. A atuação do enfermeiro, nesse contexto, não apenas facilita a promoção de uma saúde sexual e reprodutiva

responsável, mas também contribui para a melhoria das condições de saúde pública, com um impacto positivo nar edução de custos com serviços de emergência e complicações decorrentes de gestação não planejada (FURTADO ASN, et al., 2025; SOUZA AES, et al., 2024).

Desafios enfrentados pelos enfermeiros na prática de prescrição

A atuação do enfermeiro na prescrição e orientação sobre métodos contraceptivos enfrenta diversos desafios no contexto da Atenção Básica, muitos deles relacionados à sobrecarga assistencial e à limitação de tempo durante as consultas. A elevada demanda nos serviços de saúde acaba reduzindo o espaço para atividades educativas, que são essenciais para garantir a escolha consciente e segura dos usuários. Além disso,observa-se baixa adesão da população às ações de educação em saúde, oque enfraquece ainda mais o impacto dessas práticas. Essa realidade compromete a qualidade do atendimento, especialmente quando se trata da abordagem de temas como a contracepção, que exigem escuta ativa ,tempo e preparo técnico por parte do profissional (VENTURA HN, et al., 2022).

Outro obstáculo relevante é a limitação no conhecimento dos enfermeiros sobre alguns métodos contraceptivos, especialmente os que não são ofertados pelo SUS. Essa lacuna está associada tanto à formação acadêmica insuficiente sobre o tema quanto à escassez de capacitações contínuas. A falta de domínio técnico pode dificultar a orientação adequada e a prescrição segura, afetando diretamente o direito dos pacientes à livre escolha. Assim,torna-se fundamental investir em educação continuada e na valorização das práticas educativas, para que os enfermeiros estejam preparados para atuar de forma resolutiva, promovendo a autonomia dos usuários e a ampliação do acesso à saúde sexual e reprodutiva (MARQUES JB, 2023).

A importância da educação continuada e capacitação

A capacitação contínua dos profissionais de enfermagem é um dos pilares fundamentais para assegurar a eficácia e segurança na prescrição de métodos contraceptivos. Em um cenário dinâmico, em que novos métodos e formulações são constantemente desenvolvidos, devendo atender toda população em geral e não somente mulheres, mas também a homens transgênero, onde a atualização profissional torna-se imprescindível para que os enfermeiros possam oferecer o melhor cuidado possível aos pacientes.

A educação contínua permite que os enfermeiros se mantenham atualizados com as inovações tecnológicas e científicas relacionadas aos métodos contraceptivos, garantindo, assim, a qualidade do atendimento prestado. Além disso, ela fortalece habilidades essenciais, como a comunicação eficaz, a escuta ativa e a capacidade de fornecer informações claras e confiáveis sobre as opções disponíveis para todos os grupos (LEONEL GA, et al., 2023)

Ao promover o aprendizado constante, a capacitação contribui para o manejo adequado de efeitos adversos e para a orientação precisa das pacientes sobre o uso correto dos métodos, resultando em uma adesão mais efetiva e uma maior satisfação com os cuidados recebidos. Com a evolução constante da medicina e das ciências da saúde, investir na educação permanente dos enfermeiros é uma estratégia não só para o aprimoramento da prática profissional, mas também para o fortalecimento das políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva, com o intuito de proporcionar a todos os cidadãos um atendimento de saúde acessível, seguro e de alta qualidade (MARQUES JB, 2023).

O impacto da prescrição de contraceptivos na adesão e satisfação das pacientes

Estudos demonstram que a possibilidade de os enfermeiros prescreverem métodos contraceptivos tem um impacto positivo significativo na adesão das pacientes aos métodos escolhidos. Um dos principais fatores para esse aumento na adesão é aprática de educação em saúde como uma ação estimulante, oque favorece uma comunicação mais aberta e eficaz.

A literatura aponta que, ao perceber em um atendimento mais personalizado e humanizado, as mulheres tendem a se sentir mais seguras e bem informadas sobre as opções disponíveis, os benefícios dos métodos e os possíveis efeitos adversos. Esse processo de esclarecimento, oferecido de maneira empática e sem

julgamentos, facilita a escolha do método contraceptivo mais adequado ao perfil e às necessidades de cada mulher, o que contribui diretamente para o sucesso da adesão (FERREIRA, et al., 2024).

Além disso, a orientação do enfermeiro sobre os efeitos colaterais e o manejo desses efeitos, caso ocorram, também exerce um papel importante na redução das taxas de descontinuação do uso do método. A literatura sugere que a presença de uma equipe multidisciplinar no planejamento reprodutivo tem o potencial de aumentar a confiança das mulheres na eficácia dos métodos contraceptivos, o que, por sua vez, pode levar à redução das taxas de gravidez não planejada. Assim, o papel ativo dos enfermeiros nesse contexto não só fortalece a saúde reprodutiva das mulheres, mas também promove a melhoria dos indicadores de saúde pública (VENTURA HN, et al., 2022).

A importância do atendimento integral e humanizado

O atendimento integral e humanizado é essencial para garantir o acesso equitativo à saúde, especialmente no que se refere aos cuidados reprodutivos e preventivos. Estudos demonstram que a população enfrenta barreiras significativas, como desinformação, estigmas e atitudes discriminatórias por parte de profissionais de saúde, o que afasta esses indivíduos dos serviços básicos, como o rastreio de cânceres ginecológicos. A integralidade do cuidado pressupõe reconhecer as especificidades de cada indivíduo, respeitando sua identidade de gênero, histórico corporal e necessidades particulares, o que demanda preparo técnico e sensibilidade ética por parte das equipes de saúde (VENTURA HN, et al., 2022).

A ausência de acolhimento adequado compromete a eficácia das ações em saúde pública, especialmente na Atenção Primária, onde deveria ocorrer a maior aproximação entre profissionais e usuários. A falta de conhecimento sobre os efeitos da terapia hormonal, as implicações reprodutivas de cirurgias de afirmação de gênero e a exclusão de homens trans das ações de triagem exemplificam a falha no princípio da equidade. Por isso, o atendimento humanizado deve ir além da escuta empática, envolvendo o uso correto do nome social, a adaptação dos protocolos de cuidado e o reconhecimento das experiências de vida desses indivíduos como legítimas e dignas de atenção profissional (LEONEL GA, et al., 2023).

Investir na formação continuada das equipes de saúde e na implementação de protocolos inclusivos é um passo crucial para que o cuidado seja, de fato, integral. A humanização do atendimento a pessoas trans não deve ser vista como um diferencial, mas como um dever ético e legal do sistema de saúde. Ambientes acolhedores, linguagem respeitosa e atitudes livres de preconceito são fundamentais para que os usuários trans se sintam seguros para buscar assistência, prevenindo complicações e fortalecendo a promoção da saúde. Assim, o respeito à diversidade torna-se elemento central na construção de um SUS mais justo e acessível a todas as identidades (MARQUES JB, 2023; LEONEL GA, et al., 2023).

A importância do envolvimento de adolescentes na educação sexual

O envolvimento dos adolescentes na educação sexual é essencial para enfrentar questões como a gravidez precoce e a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. Quando inseridos em processos educativos que respeitam sua realidade e linguagem, os jovens se tornam mais conscientes e preparados para tomar decisões responsáveis. É fundamental que programas voltados à saúde sexual e reprodutiva considerem o contexto social e cultural em que esses adolescentes estão inseridos, especialmente em regiões mais vulneráveis. A escola, em parceria com os serviços de saúde, deve ser um espaço seguro para diálogo, orientação e acolhimento (FURTADO ASN, et al., 2025).

A participação ativa dos adolescentes nas ações educativas fortalece sua autonomia e senso de responsabilidade. Ao compreenderem os riscos e possibilida desenvolvidos na vida sexual, conseguem fazer escolhas mais seguras. Isso contribui diretamente para a redução de comportamentos de risco, como o início precoce das relações sexuais sem proteção. O acesso a informações corretas, mediadas por profissionais capacitados, é decisivo para que os adolescentes se sintam confiantes em buscar ajuda e tirar dúvidas sem julgamento (RIOS AR, et al. 2021).

A educação sexual vai além da simples transmissão de informações. Ela deve promover o desenvolvimento de atitudes saudáveis e o respeito às diversidades, permitindo que o adolescente entenda

seu corpo, seus direitos e suas responsabilidades. Ao serem incluídos nesse processo de forma contínua e respeitosa, os jovens desenvolvem um olhar mais crítico sobre sua saúde e passam a agir com maior consciência na prevenção de riscos. Esse envolvimento também ajuda a desconstruir tabus que ainda cercam a sexualidade na adolescência (SALDANHA BL, et al., 2025).

Muitas vezes, os adolescentes recebem informações distorcidas de fontes não confiáveis, como redes sociais ou conversas informais. Por isso, é essencial que tenham acesso a conteúdo seguro e bem direcionados, especialmente nas escolas. O ambiente escolar deve promover espaços de escuta e troca, onde seja possível discutir temas como prevenção, métodos contraceptivos e relações saudáveis. Ao garantir esse espaço, contribui-se para a formação de jovens mais informados, empoderados e capazes de cuidar da própria saúde de maneira consciente (SOLZA AES, et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica evidente que o enfermeiro desempenha um papel fundamental na orientação e assistência à saúde sexual e reprodutiva, especialmente no que se refere à prescrição de métodos contraceptivos. No entanto, ainda existem barreiras legais, normativas e estruturais que limitam sua atuação plena, exigindo avanços nas políticas públicas e na capacitação profissional. A valorização da prática baseada em evidências, aliada à ampliação da autonomia do enfermeiro, pode favorecer um cuidado mais acessível, qualificado e centrado nas necessidades dos usuários, respeitando suas singularidades. Além disso, destaca-se a importância de uma abordagem integral, inclusiva e humanizada, que contemple populações historicamente marginalizadas, como pessoas trans e adolescentes. A educação sexual deve ser contínua e adaptada às realidades locais, com a participação ativa da escola, família e serviços de saúde. Outro ponto relevante é a escassez de estudos nacionais recentes que abordem de forma específica e aprofundada a prescrição de contraceptivos por enfermeiros, o que limita a produção científica na área e dificulta a consolidação dessa prática no cotidiano dos serviços. Investir na formação dos profissionais, no combate ao preconceito e na promoção da equidade é essencial para garantir o direito à saúde sexual e reprodutiva de forma universal, segura e acolhedora.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE BSF, et al. Avaliação do conhecimento de métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis em adultos, Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2023; 23(12): 14636.
2. BORGES ALV, et al. Autonomia reprodutiva associada ao uso de métodos contraceptivos entre mulheres em idade reprodutiva, Revista Gaúcha de Enfermagem, 2023; 44: 20230072.
3. BRASIL. LEI N° 7498, de 25 de junho de 1986. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm. Acessado em: 03 de abril de 2025.
4. BRASIL. MINISTERIO DA SAUDE. 2023. Nota técnica N° 31/2023. Disponível em: https://www.go v.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2023/nota-tecnica-no-31-2023-cosmu-cgaci-dgci-saps-ms/view. Acessado em: 03 de abril de 2025.
5. COFEN. Resolução Cofen Nº 690/2022. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-690-2022/. Acessado em: 03 de abril de 2025.
6. COFEN. Enfermeiras e Enfermeiros podem inserir e retirar DIU. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/enfermeiras-e-enfermeiros-podem-inserir-e-retirar-diu/. Acessado em: 03 de abril de 2025.
7. FERREIRA DS, et al. Educação em saúde sobre métodos contraceptivos na atenção primaria, Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2024; 24(10): 18369.
8. FURTADO ASN, et al. Gravidez na adolescência nos municípios do Estado do Amapá: analise de tendência temporal, Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2025; 25: 19731.
9. LACERDA LD, et al. Inserção de dispositivo intrauterino por enfermeiros na atenção primaria à saúde, Enferm Foco, 2021; 12(1): 99-104.
10. LEONEL GA, et al. Consulta de enfermagem ginecológica aos homens transgêneros na atenção primaria à saúde, Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2023; 23(9): 13988.

11. LIMA AB, et al. Abordagem multidisciplinar para a seleção e inserção adequada do DIU durante o puerpério, Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2024; 24(8): 17185.
12. MARQUES JB. Desafios na educação em saúde em contracepção enfrentados pelos enfermeiros da atenção básica. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Enfermagem)– Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da saúde, Florianópolis, 2023; 77.
13. PAIVA DSBS e MELO BS. Conhecimentos e perspectiva de uso do pós-parto dos métodos contraceptivos das gestantes atendidas em um serviço pré-natal de alto risco na Amazonia, Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2025; 25: 17037.
14. RAMOS DF, et al. Consulta de enfermagem no planejamento reprodutivo: validação decenário e checklist para o debriefing, Acta Paul Enferm, 2022; 35: 296345.
15. RIOS AR, et al. Fatores relacionados à escolha de métodos contraceptivos na adolescência: uma revisão de literatura, Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2021; 13(5): 6942.
16. SALDANHA BL, et al. Infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos: utilizando jogo interativo com adolescentes no Programa Saúde na Escola, Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2025; 25: 18207.
17. SILVA EP, et al. Produção cientifica do conhecimento de homens sobre saúde sexual e reprodutiva, Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2024; 24(2): 14194.
18. SILVAD DA, et al. O Impacto da capacitação do enfermeiro na inserção do dispositivo intrauterino de cobre TCU 38OA, Enferm Foco, 2024; 15: 202423.
19. SOUZA AES, et al. Adolescência e saúde sexual: duvidas em e dos de adolescentes em uma instituição de ensino no interior da Amazônia, Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2024; 24(2): 15922.
20. TRIGUEIRO TH, et al. Acompanhamento da inserção de dispositivos intrauterinos de cobre por enfermeiros e médicos: estudo longitudinal prospectivo, Revista Brasileira de Enfermagem, 2020; 73(4): 20200156.
21. VENTURA HN, et al. O papel do enfermeiro no Programa de Planejamento Reprodutivo: uma revisão integrativa, Revista Enfermagem Atual in Derme, 2022; 96: 21330.